



Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

AS

Exmos. Senhores,

MINISTRO DAS FINANÇAS

MINISTRO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

DIRETORA-GERAL DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

AVISO PRÉVIO DE GREVE

A FNSTFPS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais vem, ao abrigo do disposto no art. 57.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos dos arts. 394.º a 396.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e dos arts. 530.º a 532.º e 534 a 537.º e 540.º do Código do Trabalho, **comunicar que decreta e torna pública greve dos Trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da Região Autónoma da Madeira** sob a forma de paralisação total e com ausência dos locais de trabalho, nos seguintes termos:

Serviços abrangidos: todos os serviços dependentes da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da Região Autónoma da Madeira;

Período: os trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso de greve paralisarão entre as 00,00 horas do dia 27/06/2019 e as 24 horas do dia 27/06/2019, mais se comunica que em relação aos trabalhadores que laboram em regime de turnos, quando o ciclo se inicia em cada dia de calendário às 20.00 horas ou depois, a greve pode ir do início do ciclo em 26/06/2019 e prolonga-se até ao fim do ciclo em 27/06/2017; quando o ciclo se inicia depois das 00.00 horas, em cada dia de calendário, a greve pode ir desde o início do ciclo em 27/06/2019 e prolonga-se por 24 horas.

Com os seguintes objectivos:

1. Contra a proposta apresentada pelo Governo para a revisão das carreiras especiais da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);

2. Contra a criação de carreiras subsistentes;
3. Por uma revisão que respeite as áreas tributárias, aduaneiras e de informática que integre todos os trabalhadores actualmente em funções, nas novas carreiras;
4. A aplicação do DL 404 A/1998 de 18 de Dezembro, aos trabalhadores da área aduaneira, para criar as condições de igualdade de tratamento salarial antes da transição;
5. Pela abertura imediata dos concursos de promoção e de mobilidade que se encontram bloqueados há mais de uma década.

Os serviços mínimos serão assegurados, nos serviços referidos nos artigos 397º da LTFP e 537º do Código do Trabalho que funcionem ininterruptamente 24 horas por dia, nos sete dias da semana, propondo-se indicativamente, em termos efectivos, um número igual àquele que garante o funcionamento aos domingos, no turno da noite, durante a época normal de férias, sendo que tais serviços serão fundamentalmente assegurados pelos trabalhadores que não pretendam exercer o seu legítimo direito à greve.

Relativamente à segurança e manutenção de instalações e equipamentos:

- Nos serviços que não funcionem ininterruptamente ou que não correspondam a necessidades sociais impreteríveis a segurança e manutenção do equipamento e instalações serão asseguradas nos mesmos moldes em que o são nos períodos de interrupção ou de encerramento;
- Nos serviços que funcionem ininterruptamente e que correspondam a necessidades sociais impreteríveis os serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações serão assegurados no âmbito dos serviços mínimos, sempre que tal se justifique.
- Nas Alfândegas os serviços mínimos, devem garantir o desembaraço aduaneiro das seguintes mercadorias: Medicamentos, Animais Vivos, Géneros alimentares deterioráveis, Explosivos, Cadáveres e Combustíveis.

Lisboa, 12 de Junho de 2019

P'la Direção FNSTFPS

